



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Pós-graduação *Lato Sensu***  
**Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico**

**TURISMO: UMA ALTERNATIVA DE COMBATE À POBREZA E DE INSERÇÃO SOCIAL**

**Daniel Queiroz Galvão**

**Prof. Doutora Maria de Lourdes Mollo**

**Brasília - DF**  
**Março/2008**

**Cet/UnB**

**Daniel Queiroz Galvão Turismo : uma alternativa de combate a pobreza e de inserção social.**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Pós-graduação *Lato Sensu***  
**Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico**

**TURISMO: UMA ALTERNATIVA DE COMBATE À POBREZA E DE INSERÇÃO SOCIAL**

**Daniel Queiroz Galvão**

**Prof. Doutora Maria de Lourdes Mollo**

**Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília - UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Turismo e Desenvolvimento Econômico.**

**Brasília - DF**  
**Março/2008**

Galvão, Daniel Queiroz

Turismo: uma alternativa de combate à pobreza e de inserção social  
/ Daniel Queiroz Galvão.- Brasília, 2008.

xi,61 f.:il.

Monografia (especialização)-Universidade de Brasília, Centro de  
Excelência em Turismo, 2008.

Orientadora: Maria de Lourdes Mollo.

1.Turismo.2.Alternativa de combate à pobreza 4.Inserção social.  
Turismo: alternativa de combate a pobreza e de inserção social

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Pós-graduação *Lato Sensu***  
**Curso de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico**

**Daniel Queiroz Galvão**

**Aprovado por:**

---

**Professora Orientadora: Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes Rollemberg Mollo**

---

**Professora : Dr<sup>a</sup> Iara Brasileiro**

---

**Professor:**

**Brasília, 24 de março de 2008.**

## **DEDICATÓRIA**

**A Izabella, meu dentinho viajante da alegria.**

## AGRADECIMENTOS

De **Maria a Mariana.**

A minha admirável orientadora idealista, **professora Loudinha.**

Ao meu camarada **Mauri**, por ser um “avisador”.

## **EPÍGRAFE**

Das águas e terras daqui, passos misturados...  
“O Tejo tem grandes navios  
e navegam nele ainda,  
para aqueles que vêm em tudo o que lá não está,  
a memória das naus...”

**Fernando Pessoa**

“ E se no mundo existe algum paraíso terrestre,  
sem dúvida não deve estar muito longe destes lugares.”

**Américo Vespúcio**

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise de como o turismo se desenvolve no Brasil e como ele pode representar uma alternativa de combate à pobreza e de inserção social. Observamos que a atividade turística indica estímulo econômico para as localidades; que seus produtos e serviços são consumidos por ricos; e que a mão-de-obra empregada no turismo é, predominantemente, de pouca qualificação.

Os resultados obtidos sinalizam o elevado potencial que a atividade possui para transferir renda dos ricos para os pobres, combatendo a desigualdade e distribuindo renda, além de seu alto potencial para se constituir como alternativa de lazer para os pobres. Para que isso ocorra é necessária a criação de oportunidades por parte do Estado.

**Palavras-chave:** Turismo; Combate à Pobreza; Inserção Social;

## **ABSTRACT**

The objective of this work was realize and analysis of haw the tourism to develop in Brazil and haw can it to represent one alternative the poverty combat and for social inclusion. We watching activities of tourism inicate economic stimulus for local communities; if yours produce and services are consumed for rich peaples ; and the labour use of tourism is, predominant, the little qualification.

The results obtained signpost the high power for to constitute as alternative of the leisure for the poor. For this happened is necessary the creation of the opportunities for part from State.

**Key-words:** Tourism; Poverty Combat; Social Inclusion.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OMT- Organização Mundial do Turismo

MTur- Ministério do Turismo

EMBRATUR- Instituto Brasileiro de Turismo

PIB- Produto Interno Bruto

ODM- Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

ONU- Organização das Nações Unidas

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

“ST-EP”- “Sustainable Tourism – Eliminating Poverty”.Na tradução: Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 TURISMO QUE NEGÓCIO É ESTE?.....</b>	<b>14</b>
1.1 O LADO BOM E AS VANTAGENS DO TURISMO.....	20
1.2 OS PROBLEMAS ACARRETADOS PELO TURISMO.....	25
1.3 POR UM TURISMO SUSTENTÁVEL.....	32
<b>2 TURISMO E ALÍVIO À POBREZA.....</b>	<b>39</b>
2.1 POBREZA NO BRASIL.....	39
2.2 COMO O TURISMO PODE CONTRIBUIR PARA COMBATER A POBREZA E PARA INSERÇÃO SOCIAL.....	46
<b>SUMÁRIO E CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Toda a complexidade da estrutura de funcionamento do turismo, ou o que é conhecido por indústria turística, tem sido motivo de estudos que sinalizam para resultados econômicos satisfatórios.

O aprofundamento do debate sobre o tema turismo é bem recente e é preciso desenvolver ainda muitos estudos e pesquisas sobre sua importância na sociedade, notadamente no que se refere aos seus impactos positivos e negativos.

Esta monografia tem como objetivo contribuir para a construção de novo olhar envolvendo o turismo como forma de inserção social, via desenvolvimento econômico, abordando a inter-relação do visitado com o visitante, no sentido do empoderamento das comunidades que prestam serviços turísticos, por meio de ações afirmativas de combate a pobreza e à desigualdade.

Deste modo, pretendemos demonstrar a importância do turismo a “mágica do compartilhar, através da diversão, do esporte, da gastronomia, da vestimenta, do som, da existência da parte infantil, que, apesar de existir em cada uma das pessoas, na maioria das vezes, é contida, aprisionada no dia-a-dia” (MAFESOLI,1985). Em particular, procuraremos ressaltar essa importância para incluir socialmente a população mais pobre ao desenvolver atividades turísticas.

O turismo possui a capacidade de libertar o gosto pelo lazer, robustecendo as interações sociais. A atividade é forte distribuidora de renda, devido à demanda de mão de obra ser predominantemente de baixa qualificação, dando emprego aos mais pobres. Neste contexto, o turismo agrega importantes características que podem cooperar fortemente para o combate à pobreza, o turismo pode trazer muitos prejuízos se não for planejado do ponto de vista da sustentabilidade das potencialidades das localidades receptoras.

Para tanto, a monografia está organizada com um primeiro capítulo que define turismo,

discute sua evolução, abordando suas vantagens e desvantagens, e destaca as necessidades de mudanças na prática atual da atividade. No segundo capítulo, discute-se a pobreza do Brasil, sugerindo formas de reduzi-la a partir do aproveitamento da potencialidade do turismo com uma finalidade específica para o combate à pobreza.

## **1 TURISMO QUE NEGÓCIO É ESSE?**

Segundo a definição de turismo da OMT (2002), o turismo representa atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos.

Deste modo, a prática do turismo representa um campo de experiências histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços diferentes daqueles dos seus cotidianos, ou seja, o deslocamento, que é coberto de subjetividade, e que possibilita afastamentos simbólicos e concretos do habitual, permite novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer. Entretanto, há certa confusão entre turista e residente, quando se trata de mensurar grande parte dos serviços consumidos e do que se chama economia do turismo (GASTAL E MOESCH, 2007).

Os setores que formam o turismo são os mais diversos e podem ser definidos como sendo o agrupamento destas doze atividades: restaurantes; serviços recreativos; culturais e esportivos; transporte rodoviário regular de passageiros; transporte aéreo regular; estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário; transporte rodoviário não regular de passageiros; agências de viagens e organizações de viagens; transporte aéreo não regular; atividades auxiliares ao transporte terrestre; atividades auxiliares ao transporte aéreo; aluguel de automóveis e outros meios de transporte; transporte regular próprio para exploração de pontos turísticos (TAKASAGO E MOLLO, 2008)

O turismo se diferencia de outros setores porque o consumo turístico não se restringe a um setor produtivo particular e nem é em sua maior parte efetuado no local

do entorno habitual dos consumidores. Segundo estudo feito pela EMBRATUR o consumo turístico apresenta complexas interfaces com outros setores de atividade, merecendo, deste modo, um tratamento especial, que permita que se isole a contribuição do turismo no resultado global de produção e do consumo da economia.

Historicamente, o ser humano possui a característica de buscar novos conhecimentos, a necessidade e o desejo de compreender tanto o mundo material como o comportamento das diversas estruturas sociais, e apresenta-se desde os primórdios, como fonte de estudos e de reflexões científicas. A compreensão das leis tanto sociais quanto econômicas que formam o comportamento dos seres humanos em sociedade, figura entre seus principais interesses (BARRETTO, 2006).

Para se chegar a uma percepção mais ampla dos mecanismos que regem o comportamento social e econômico, é necessário que se considere o impacto do desenvolvimento tecnológico e científico ocorrido, principalmente, no século XX, período em que seu efeito influencia amplamente o comportamento de grande parte da população (COOPER *et al*, 2001).

Assim como a descoberta das grandes navegações, com finalidade primordialmente comercial em escala, revolucionou o período da Antiguidade promovendo novos contatos com povos e culturas isoladas, ampliando a comercialização de produtos e se constituindo como o primeiro grande movimento de aproximação entre povos e culturas diferenciadas, também podemos considerar o advento das tecnologias de comunicação de massas como um elemento que contribui fortemente para a mobilidade do indivíduo, que se favorece pela implementação de meios de transportes de massa cada vez mais rápidos, eficientes e seguros e, assim, estimula o turismo (BARRETTO, 2006).

Conforme observaram Dias e Aguiar (2002), os deslocamentos humanos não figuram como novidade na história da humanidade. Desde que se formaram as primeiras sociedades, o homem viajou com os mais diversos motivos: econômicos, políticos, sociais, culturais e esportivos. Com a facilidade advinda do aprimoramento dos transportes, as pessoas anseiam por novas formas e atividades de viagem.

Os impulsos iniciais para se viajar começaram no período da Revolução Industrial, que ocorreu na Inglaterra do século XVIII, e foram se ampliando para todo o mundo, fortalecendo-se no final do século XIX, com a revolução nos meios de comunicação. Porém só a partir da segunda metade do século XX o turismo se transformou em um fenômeno de enorme relevância para as sociedades contemporâneas.

BARRETTO (2006) sinaliza que a ampliação da intensidade com que ocorrem viagens atualmente passa a ser centro de debates e pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Isso não pode visto, simplesmente, como elemento isolado de seus ambientes políticos, natural, econômico ou social. O turismo passa, deste modo, a afetar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental de um significativo número de países que utilizam a atividade como maneira de diversificar e ampliar seu lazer e sua receita.

Essa contribuição se verifica no campo da economia, relacionada aos ganhos do câmbio exterior, à criação de emprego e renda; às receitas geradas para o governo estimular o desenvolvimento regional. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2002) a estimativa de movimentação financeira em termos de demanda turística é de US\$ 9,3 bilhões para 2011, aproximadamente.

O setor de serviços se desenvolve mesmo quando setores mais tradicionais como o agrícola e o manufatureiro estão sujeitos à estagnação ou ao declínio. Como o turismo é

baseado na prestação de serviços, ele é, em parte, responsável pelo crescimento desse setor. Nos países em desenvolvimento o setor de serviços é responsável por cerca de 40% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto, nas economias desenvolvidas ou industrializadas, ele é responsável por mais de 65% do PIB (COOPER *et al.*, 2001).

O turismo apresenta-se como um fenômeno de massas que envolve milhões de pessoas e que se mostra em contínuo desenvolvimento e crescimento acelerados. A OMT (2002) constata que só em 2002 foram registrados cerca de 715 milhões de turistas estrangeiros no mundo todo.

Em virtude do elevado volume financeiro movimentado pelo turismo, seus efeitos se fazem perceber em vários aspectos da vida econômica, já que, em nível mundial, gera, anualmente, cerca de 3,4 trilhões de dólares. Os cinco países com maior fluxo de turistas no ano de 2001 e o benefício econômico deixado por eles são: em primeiro lugar, a França, que recebeu 76,5 milhões de turistas, gerando uma receita de US\$ 30 bilhões; em segundo, a Espanha, com 49,5 milhões de pessoas, gerando US\$ 32,9 bilhões, em seguida os Estados Unidos, que receberam 45,5 milhões de turistas, com uma receita de US\$ 72,3 bilhões; em quarto, a Itália com 39,1 milhões de pessoas e com uma receita registrada de US\$ 25,8 bilhões. A quinta posição é ocupada pela China, com 33,2 milhões de turistas e US\$ 17,8 bilhões de receita. Já o Brasil está em 34º lugar, com 3,8 milhões de turistas e uma receita de US\$ 3,7 bilhões (OMT, 2002).

Além disso, os gastos que os turistas realizam têm efeito em diversas atividades de consumo e incrementam a demanda por alojamentos, alimentação, bens duráveis, imóveis e infra-estrutura pública e serviços, repercutindo sobre atividades tão diversas como comércio, indústria e construção civil.

Dentre os elementos fundamentais da atividade turística, estão os atrativos turísticos aqui entendidos como “todo elemento material que tem capacidade própria ou em combinação com outros, para atraírem visitantes” (FERRI & RUSCHMANN, 2000), cuja finalidade principal é transformar a experiência de visitação de um lugar em uma experiência de significado diferenciado, prazerosa e, por conseq encia, em uma memória pessoal, única, satisfatória no que se refere aos anseios de lazer, informa o, cultura e convívio social. A durabilidade e, por conseq encia, a sustentabilidade dos atrativos t rísticos, transformam-se em fatores de especial relevância nas atividades sociais, culturais e econômicas, que gravitam em torno da demanda gerada pelo turismo (BARRETTO, 2006).

De acordo com as diversas tipologias de atrativos t rísticos,

faz-se distin o entre atrativos naturais, entendidos como elemento da natureza, tais como montanhas, rios, ilhas, praias, cavernas, dunas, cascatas, forma es rochosas, clima, entre outros, e os atrativos culturais que são construídos pelo homem como as manifesta es e os usos tradicionais e populares, realiza es técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.(FERRI; RUSCHMANN, 2000, p.11)

Dentre os atrativos t rísticos construídos, muitos são produtos da história e da cultura, como a variedade de museus e de galerias de arte, alguns com tema específico, como por exemplo, *o Museum of Science and industry*, de Chicago, ou a *Portrait Gallery. National*, em Londres. Nessa diversidade, existem ainda prédios históricos, como: castelos, palácios, igrejas, antigas indústrias e municípios inteiros, como algumas cidades medievais da França. Além dos atrativos deixados pelo legado histórico devem ser consideradas as atra es produzidas que demonstram como centro da aten o, o entretenimento. Trata-se de atra es voltadas aos interesses do usuário, capazes de dar

conta de milhares de visitantes por dia. São os centros de férias, os *Resorts*, os centros esportivos, parques de diversão e os parques temáticos (BARRETTO, 2006).

Segundo ASHTON, 2003 os parques temáticos, por sua vez, são espaços de lazer individual ou em grupos, onde estão distintas atrações, criadas a partir de um tema preestabelecido, que será o motor de inspiração para todas as atividades que o espaço disponibilizar ao visitante, sejam equipamentos, consumo de roupas e acessórios, gastronomia ou arquitetura.

Já os *resorts* são empreendimentos turísticos pioneiros no âmbito do seguimento. A nova concepção dos espaços destinados ao turismo visa atrair um grande público, que permaneça por vários dias no local, atendendo as suas necessidades e que, além da hospedagem, ofereça lazer, diversão, esporte, aprendizado, gastronomia, comércio e desfrute do tempo livre com especial atenção à saúde (BARRETTO, 2006).

No tocante aos atrativos socioculturais, deve-se ainda considerar a maneira de ser de cada povo, o estilo, responsável por práticas diferenciadas que identificam cada município ou região, como manifestações de comportamento, vestimentas, linguagem, alimentação, que se encontram enquadradas numa multiplicidade de práticas e de costumes populares. São próprios de cada cidade, herdados ou adotados e produzem um efeito de atração ou de retração em relação à destinação. Quando o visitante interage com essas manifestações de normas, valores e crenças típicas de uma localidade, poderá se identificar e tentar uma aproximação. Caso isso ocorra ele procurará a integração, a comunhão nas coisas comuns, pequenas, coletivas, aparentemente irrelevantes, mas que fortalecem o corpo social gerando sentimento de pertença (MOESH, 2000).

Desta maneira, a cultura do visitante e do visitado convivem lado a lado. É importante, porém, que uma não se sobreponha à outra, uma não interfira ou perverta a

outra, mas se unam em comunhão, refletindo o conviver. Assim, as distintas atrações e a diversidade estabelecem uma relação complementar entre os sujeitos e os atores.

No que se refere à questão sócio-cultural, conforme MAFFESOLI (1996), a cultura é um produto social e, deste modo, é um processo contínuo de recriação; portanto, não é estática, e sim mutável. Os valores guardados de geração em geração vão se adaptando à sociedade contemporânea em movimentos dialéticos.

Se analisarmos do ponto de vista mais antropológico, perceberemos, a cultura como a interação entre pessoas e como essas apreendem umas com as outras. (BURNS, 2002). Neste sentido, ela pode ser acumulada, assimilada e passada adiante por uma gama de tradições e padrões de comportamento que foram adquiridos e transmitidos entre as gerações, ou seja, a cultura é o que diferencia um grupo de pessoas de outro grupo, e assim, as manifestações culturais, como produto turístico, podem contribuir para o resgate e a preservação das identidades intrínsecas a cada região onde estão inseridas, para a valorização dos usos e costumes característicos das pessoas que vivem na localidade.

## **1.1 O LADO BOM E AS VANTAGENS DO TURISMO**

Tendo em vista a definição e a caracterização do turismo feita no item 1, podemos aqui destacar algumas vantagens do desenvolvimento dele.

A atividade turística, se bem planejada e implementada, pode trazer o desenvolvimento econômico das localidades onde ocorre, com criação de empregos para

a população residente, aumento de arrecadação de impostos, aprimoramento de infraestrutura, diversificação econômica, entre outros.

Um ponto forte no turismo, certamente, é sua capacidade de possibilitar o envolvimento do visitante em um processo que lhe permite defrontar com o novo e com o inesperado, de modo a lhe remeter à reflexão, a novas experiências que possuem um profundo valor simbólico para aqueles que o praticam, devido às vivências presenciadas e produtos e serviços acessados. Assim, significa menos por seu valor venal, e mais pelo seu valor de uso e pelo valor afetivo. O prazer de um mergulho na praia de Salinas, no Pará, o sabor da culinária francesa ou o pato saboreado na festa religiosa da própria cidade, em meio ao festejo local, não tem preço. Por isso vivenciar, experimentar e conviver fazem, cada vez mais, parte do vocabulário turístico por representarem meios de prazer (URRY, 1996).

Além disso, as práticas ligadas ao turismo envolvem atividades intensivas em trabalho com investimentos relativamente pequenos, empregando, predominantemente, pessoas com baixa qualificação em mão de obra e trabalhadores em atividades por conta própria. (TAKASAGO & MOLLO, 2008). Estas características denotam o potencial que existe no turismo para a geração de emprego e renda, constituindo-se como um poderoso meio de combate a pobreza e distribuição de renda.

A atividade turística pode, ainda, contribuir com o aumento no investimento para conservação e manutenção do meio ambiente visitado; melhoria das condições ambientais do destino; escolha e uso eficiente de tecnologias ambientalmente saudáveis; conservação, preservação, proteção e recuperação dos ambientes naturais e sensibilização dos turistas para as questões sócio-culturais (BARRETTO, 2006).

Constata-se, ainda, que a demanda turística, hoje, é exigente e com maior informação, ou seja, está atenta à relação custo/benefício, na qual o turista possui um papel de protagonista nos destinos visitados, interessado em um turismo que valorize a permanência no local, a vivência, com relações interpessoais e, nesta linha de raciocínio, que tenha relação respeitosa com as culturas e tradições locais. É notório que o mero uso da infra-estrutura a desgasta, havendo, deste modo, danos a serem minimizados com o turismo constantemente (BARRETTO, 2005). Portanto, existe forte tendência na geração de mercados integrados, que aumentam a concorrência em termos de preços, ou seja, há uma acirrada disputa comercial entre os locais. Este cenário de um mercado globalizado exige o aprimoramento nos serviços, nas informações turísticas e nas facilidades fronteiriças (LEMOS, 2001).

Neste contexto, há uma tendência em se estabelecer roteiros turísticos que contemplem um outro olhar, que enfatizem as cidades que tenham como prioridade, o campo ambiental, cultural, educacional, a qualidade de vida de seu próprio cidadão, além do atendimento de qualidade ao turista.

Uma frase que ilustra muito bem o sentido descrito em vantagem para o turista é: a cidade boa para o visitante seria aquela que é boa para seus moradores. As cidades que objetivam a qualidade de vida de seus habitantes desenvolvem a hospitalidade no receber como extensão de seu cotidiano. O relacionar-se com o outro é festejado num ritual de compartilhamento do comungar, de ser feliz (GASTAL & MOESCH, 2007).

Além disso, teóricos do turismo, cada vez mais, propõem este outro olhar, que prima pelo humanismo, que viabiliza novas e instigantes questões para repensar a atividade turística de hoje em dia e que, principalmente, insira socialmente a população do local visitado (BARRETO, 2005).

No tocante às vantagens referentes aos impactos econômicos do turismo podemos avaliá-los em níveis direto e indireto. O impacto econômico direto resulta da venda feita ao turista diretamente. O impacto econômico indireto é o resultado de uma venda indireta feita ao turista, é o caso, por exemplo, de um restaurante que tem de contratar tipos de seguro e mão de obra. Este tipo de venda e os rendimentos que lhe estão associados não resultam de um contato direto com o turista, entretanto, este tipo de serviço não existiria sem a sua presença. Os impactos econômicos indiretos são importantes para as comunidades locais, porque significam renda gerada para a população que recebe o turista. (LEMOS, 2001).

Para IGNARRA (2001) os impactos econômicos que, de fato, mais beneficiam uma comunidade turística são os acréscimos das receitas e divisas, a criação de empregos, os estímulos aos investimentos e a criação de impostos.

O turismo cultural é outro tipo de turismo que pode trazer benefícios para a localidade que o oferece. Segundo DOMINGUES (1997) o conceito de turismo cultural está associado à exploração de atividades relacionadas com motivações de ordem cultural, visita a locais históricos, arqueológicos, etnográficos, etc. O turismo cultural reúne todos os aspectos das viagens pelos quais o visitante visa conhecer a vida e o pensamento da comunidade receptiva. Os fatores culturais são os pontos por meio dos quais uma comunidade turística se apresenta, seja por seu artesanato, gastronomia, folclore, arquitetura histórica típica ou por sua música que representam as diversificadas formas pelas quais os povos se mostram.

Estes aspectos sinalizam algumas formas de empoderar a comunidade local. Para IGNARRA (2001), quando o processo de globalização atinge todas as atividades humanas, a valorização da cultura típica surge como uma forma de diferenciação,

aspecto este, fundamental para a qualidade do produto turístico. Assim, para que se fortaleçam os aspectos positivos do produto turístico, deve-se mostrar o modo de vida tradicional da região. O turismo cultural possui a característica de promover a valorização do cotidiano e não simplesmente produzir uma manifestação cultural para mostrar ao turista.

Como podemos perceber a atividade turística com base na cultura compreende uma gama de aspectos, todos eles, passíveis de serem explorados para a conquista de turistas: como a arte, a pintura, a escultura a arquitetura, os museus, a música, a dança, o artesanato, a gastronomia típica, o folclore, a agricultura tradicional da região, as manifestações religiosas, a história da comunidade e a especificidade existente nas comunidades indígenas, entre outros (BARRETTO, 2006).

O turista, de certo modo, contribui para reforçar a identidade da própria comunidade receptora, que pode se mobilizar no sentido de gerar produtos, com a finalidade de atrair e agradar o turista, enfocando as características das raízes culturais locais.

Outro relevante campo onde podemos observar vantagens advindas do turismo é dos impactos ambientais. Frequentemente o turismo é considerado um meio de grande importância para proteção do meio ambiente, porque tem potencial para ajudar a financiar a preservação ambiental (MCKERCHER, 2002).

O setor de turismo tem nos atrativos naturais seu principal componente para a venda do serviço, além de que é de interesse de todos que esses atrativos naturais sejam preservados. A atividade turística pode resgatar a identidade cultural, a auto-estima da população local e proporcionar a conservação do patrimônio cultural da destinação, além de ser um meio para se chegar a uma melhor equidade (GASTAL & MOESCH, 2007).

A atividade turística pode vir a ser o meio mais viável à conservação de áreas naturais e lugares históricos importantes para determinada região, posto que depende, em muito, destas.

O turismo como podemos perceber, é uma atividade híbrida, porque em sua prática pode ter reflexos que podem ser tanto positivos, como negativos. Ao mesmo tempo em que a atividade se caracteriza como possuindo enorme potencialidade de desenvolvimento, pode trazer impactos negativos quando não regulamentada e fiscalizada adequadamente. Cada impacto é negativo ou positivo, em maior ou em menor escala, de acordo com a realidade, o conhecimento e o discernimento de quem emite juízo sobre o fato ou ação, e irá variar de acordo com seu juízo de valor. Sobre os impactos negativos ocasionados pelo turismo, trataremos no tópico 1.2.

## **1.2 – OS PROBLEMAS ACARRETADOS PELO TURISMO**

No turismo contemporâneo percebe-se como prática comum a quase exclusiva valorização da demanda sem o cuidado necessário com a localidade que oferta o atrativo e, sobretudo, com os cidadãos que a compõem. A ampliação excessiva da demanda pelos recursos naturais disponíveis; poluição em todas as suas formas; degradação e ocultação da paisagem, tudo isso gera prejuízos, e está relacionado à dinâmica capitalista, que pauta suas ações de acordo com o valor venal das mercadorias e não vem levando em consideração os bens culturais e estilos variados de vida. O aumento da demanda turística pode, também, aumentar os preços dos bens locais, prejudicando os residentes. Além disso, grande parte da renda gerada pelo turismo pode ser paga a

empresas com sede fora do local onde o turismo ocorre, ou pode vazar para regiões mais desenvolvidas ao invés de beneficiar a população local (MOLLO, 2008).

Como mostra BARRETTO (2006), o turismo pode provocar uma exposição mútua a valores e hábitos que podem afetar tanto a comunidade receptora quanto a visitante. Essa dualidade estrutural do turismo se transforma em um elemento importante para que se compreenda a diversidade, a amplitude e a importância do fenômeno social por ele representado, no contexto de um mundo, que apresenta, entre suas características, a transposição de fronteiras e a universalização do conhecimento. Finalmente a cultura local pode não ser preservada e, ao contrário, ser contaminada pelos visitantes.

O turista comum costuma contratar os serviços de grandes segmentações mercadológicas que falam em turismo cultural, turismo ecológico, turismo de negócios, entre outros. O problema que se observa no contexto da globalização, é o de que se consolidam formas radicais para se segmentar cada vez mais o turismo, ultrapassando os limites dos espaços de trabalho e invadindo, deste modo, o cotidiano da vida social e individual das localidades e pessoas onde se instala, por meio das culturas de tecnologias de ponta, que geram novas demandas sociais e novos perfis de turistas e que, na maioria das vezes, pervertem o cotidiano da localidade (BARRETTO, 2006).

Segundo RUSCHMANN (1997) os impactos negativos do turismo devem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de “desenvolvimento” turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas, porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

O turismo pode também ser responsável pela degradação local, se for vivenciado como mero instrumento de acumulação econômica, com a utilização dos recursos

naturais desordenadamente e sem o respeito necessário para o desenvolvimento sustentável das potencialidades humanas e do meio ambiente.

Além disso, existe grande dificuldade em se evitar impactos socioeconômicos negativos no turismo, devido a interação entre o turista e a comunidade local se influenciarem mutuamente. O visitante leva consigo suas normas, valores, crenças e, ao chegar ao destino está ávido para conhecer as diversas facetas da localidade. Esta relação, se mal orientada e fiscalizada, pode trazer enormes danos para a comunidade receptora (BARRETTO, 2006).

Há no turismo certo impacto negativo que se refere ao processo de saída de dinheiro da economia do destino turístico, que demonstra o pagamento de importações ou o salário de profissionais que não são da região. Note-se que das divisas e rendas geradas há que se retirar o total dos gastos da importação de produtos necessários à atividade turística. Quanto mais produtos, serviços, mão-de-obra e capitais o país, ou uma determinada região, tem de importar, menos são as divisas e os recursos que ficam para o local. Neste contexto, também é importante observar que muitas vezes os países procuram atrair investimento direto do estrangeiro, devendo para tal propiciar pacotes de medidas como isenções de impostos e outras vantagens, o que também tem um custo para a localidade. Assim sendo, observamos que os investimentos econômicos onde o turismo ocorre podem ser consideravelmente limitados, devido às necessidades dos turistas serem supridas a partir de produtos vindos de outras regiões. Além disso, a baixa qualificação da população para prestação de serviços na atividade tem como consequência a contratação de mão de obra externa e assim, os residentes vêm a sua participação reduzida no campo de trabalho, e quando utilizada é remunerada com baixos salários (LEMOS, 2001).

Apesar de todos os riscos a que o turismo está exposto existem cada vez mais países, no mundo inteiro, que ganham com sua atividade, mas não podem depender apenas dele. Trata-se de uma atividade econômica sazonal vulnerável as conjunturas dos países de origem como: mudanças na política, ações de terrorismo, epidemias, desastres naturais e criminalidade. Além disso, soma-se a forte competição entre os destinos, bem como toda a dificuldade envolvendo a fidelização dos turistas, o que faz com que o destino possa perder sua importância de um dia para o outro (MCKERCHER, 2002).

No Brasil os impactos econômicos do turismo estão abaixo das expectativas criadas. Não obstante, observa-se o crescimento do peso do setor no PIB. Porém os investidores da iniciativa privada, sobretudo estrangeiros, são os que mais se beneficiam do turismo em detrimento das comunidades locais. Isso acontece, em grande parte, devido à venda das infra-estruturas turísticas a estrangeiros, ou a grandes empresários e também pela falta de uma estratégia nacional para o desenvolvimento de um turismo sustentável, e que venha a trazer benefícios efetivos às comunidades locais (BARRETTO, 2005).

Os impactos econômicos negativos do turismo têm sido observados por diferentes analistas. Por um lado, a concentração da procura em períodos curtos exerce pressão sobre os preços dos produtos e serviços turísticos. Por outro lado, a atividade pode provocar mudanças estruturais da economia. Uma região, por exemplo, pode descobrir o turismo rural como fonte de renda adicional. Como os rendimentos do turismo podem ser mais elevados do que o da agricultura tradicional, há uma tendência a ir deixando a atividade agrícola de lado e se concentrando na atividade turística. Desta forma, a produção agrícola decai e a região passa a depender de importações e em um segundo

momento a própria atividade turística decaí, pois a produção agrícola era exatamente o atrativo do turismo rural (IGNARRA, 2001).

Uma outra externalidade negativa no turismo é a dependência econômica criada pela atividade, que faz aumentar a existência de empregos em condições precárias e concentradas nas épocas de pico, implicando problemas sociais profundos e que se associam aos riscos provocados pelos choques externos. No Brasil podemos constatar que o efeito da sazonalidade é uma realidade, assim como a elevação dos preços e os baixos salários praticados aos que prestam serviços na atividade (GASTAL & MOESH, 2007).

Outros impactos econômicos negativos relacionados com o turismo podem ser assinalados: os aumentos dos preços dos terrenos beneficiando aqueles que investiram na sua compra, em alguns casos provocando aumento dos impostos sobre a propriedade; o aumento da procura de mão de obra, no caso desta ser em quantidade insuficiente, podendo ter duas conseqüências: a primeira, é a de fazer com que os salários aumentem, provocando um efeito de alta generalizada dos preços ou os empresários do turismo se vêem obrigados a importar mão de obra; e o segundo é a expansão do turismo provoca, quase sempre, aumento dos preços para os consumidores, principalmente durante as épocas do aumento do número de visitantes, devido a maior procura de bens e serviços (LEMOS, 2001).

No que se refere aos impactos socioculturais, assinalamos algumas desvantagens. Alguns autores chamam a atenção para o mimetismo que algumas comunidades locais desenvolvem quando em contato com os povos “mais desenvolvidos”. A juventude de uma cidade pequena do interior, ao deparar-se com muitos turistas jovens vindos das cidades grandes, tem tendência a procurar imitar seus hábitos, roupas e suas músicas e

assim o turismo de larga escala pode levar a uma alteração dos valores culturais tradicionais (IGNARRA, 2001).

Sobre a gestão dos impactos negativos existentes na atividade turística, convém salientar a posição da OMT (2002) sobre o crescimento rápido e contínuo e a procura de novos destinos implica que mais cedo ou mais tarde, a comunidade sinta os efeitos negativos do desenvolvimento desse setor. O patrimônio natural e cultural e o modo de vida das populações locais, que atraem os turistas, dependem, muitas vezes, de uma gestão pública e privada coerente dos impactos ambientais, econômicos, e sociocultural do turismo. Uma monocultura do turismo pode ter conseqüências nefastas para a qualidade do seu próprio destino; a dependência excessiva de uma atividade econômica única aumenta a vulnerabilidade econômica da região (OMT, 2002).

A OMT (2002) classifica, ainda, como fatores que são entraves do turismo e que prejudicam a sua efetiva ação como estratégia de desenvolvimento: a) interesses privados dirigem o turismo, que devido suas elevadas taxas de participação dificultam as vantagens do turismo para a economia local, o que significa que as perdas podem ser grandes e as ligações locais raras; b) a atividade turística implica, muitas vezes, em elevados custos não econômicos para os empobrecidos, como limitar o seu acesso a determinados recursos, principalmente praias e rios, muitas vezes faz com que abandonem as suas terras, dificulta, perturba e explora a sua vida socioeconômica e cultural; c) o turismo é vulnerável a mudanças das condições econômicas dos mercados de origem ou a uma volatilidade importante da atividade econômica no setor e nos destinos; as chegadas de visitantes, principalmente internacionais, são igualmente vulneráveis a perturbações civis, a delinqüência, a instabilidade política e as catástrofes

naturais nos destinos; d) o turismo necessita de técnicas de comercialização extremamente sofisticadas.

O fenômeno turístico possui a característica de concentração no espaço. Esta concentração além de interferir na paisagem local, implica na concentração de despejo de esgoto, que se não for tratado convenientemente provoca problemas de saúde pública. A escolha de locais com a melhor vista da paisagem faz com que o turismo busque implantar suas estruturas e serviços em locais de certa fragilidade, com conseqüências negativas e irreversíveis para o território (IGNARRA, 2001).

Somando-se a isso, o aumento de demanda turística tem como efeito o aumento do tráfego aéreo e, por conseguinte, um aumento no consumo de energia. Outros tipos de impactos que são gerados estão ligados à quantidade de investimentos em infra-estruturas (LEMOS, 2001).

Percebe-se que o turismo convencional e predatório, realizado atualmente, se insere em áreas pobres e em áreas freqüentemente desordenadas. A tendência, nesses casos, é fazer enormes divisões econômicas e sociais, que são verdadeiros guetos fechados, estabelecendo um distanciamento em relação à sociedade local. Desta forma, pode ocorrer a retirada da população de seu lugar habitual para dar lugar a hotéis e/ ou centros de convenções, além do aumento de criminalidade, prostituição e uso de drogas.

Do ponto de vista ambiental, o turismo pode ser responsável pela poluição do meio ambiente, agravamento da falta de espaços destinados ao tratamento do lixo e ainda representar perigo para a arqueologia e história (GASTAL & MOESCH, 2007).

Diante do exposto, constata-se como fundamental para um “novo” turismo, a exigência de que visitantes e visitados tenham comportamentos éticos, de cidadania e solidariedade para com o universo que os circundam.

É necessário, diante de tais quadros, que o turismo esteja inserido dentro de uma lógica diferente da que vem se percebendo em suas implementações em nível nacional. Exige-se, fundamentalmente, para tal, uma ação radical, principalmente voltada para a instrumentalização de um forte braço que não esteja ligado ao mercado e que o regule. É neste âmbito que a presença do Estado é central na construção de políticas públicas integradas e que possuam papel discricionário na condução da distribuição de renda, formação profissional e tempo necessário para a adaptação às normas de socialização monetária, tendo em vista o grau de dificuldade que os pobres têm em se integrarem ao mercado e, assim, conseguir beneficiar-se dentro do sistema de funcionamento que altere a dinâmica do *trade* turístico (TAKASAGO & MOLLO, 2008).

Priorizando este “novo” olhar é que buscaremos apresentar, no capítulo II, uma perspectiva de pensar formas de ações no turismo, que viabilizem condições de inclusão social e de combate à pobreza distribuindo renda de forma igualitária.

### **1.3 – POR UM TURISMO SUSTENTÁVEL**

Quando falamos em desenvolvimento o termo está, geralmente, associado ao progresso, crescimento e melhora da qualidade de vida. Porém para que isso seja verdadeiro é necessário que haja um desenvolvimento econômico, como sendo sinônimo de inserção social, diferentemente do rendimento. As capacidades são fins e são refletidas não nos insumos, mas nos resultados em termos humanos, ou seja, na qualidade de vida das pessoas (PNUD, 2004). Por esta ligação ser muito forte a palavra

desenvolvimento acaba por admitir contornos que se limitam ao mero aspecto econômico, sem com isso haver necessariamente a percepção de uma efetiva ampliação no processo de se elevar a capacidade das escolhas de uma população e distribuição mais equânime, que viabilizaria a distribuição de renda. Desta forma, a terminologia que melhor se aproxime deste tipo de desenvolvimento coletivo, holístico, é chamada de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a habilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. (*World Comission on Environment and Development, 1987*).

O crescimento econômico é relacionado ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto) de uma determinada localidade, entretanto o desenvolvimento é diferente, pois para que exista é necessário que, além do aumento do PIB, haja a distribuição da riqueza nas diversas áreas, como saúde, educação, cultura, infra-estrutura e outros, afim de que se presencie o desenvolvimento como principio de liberdade. O desenvolvimento com foco na sustentabilidade permite ir além dessa distribuição de renda, uma vez que se preocupa com os impactos gerados sobre as gerações futuras (SEN, 2000).

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), o aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais, obviamente pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas como, por

exemplo, o serviço de educação e saúde e os direitos civis como a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas (SEN, 2000).

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico (SEN, 2000).

SEN (2000), de forma análoga, enfatiza que o que pode contribuir para expandir substancialmente a liberdade humana é a industrialização, o progresso tecnológico e a modernização social, mas ela depende de outras influências. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos.

No que se refere ao debate sobre desenvolvimento, na tentativa de dissociá-lo dos fatores econômicos, da mesma maneira comete-se um erro ao restringir o significado da palavra, visto que na prática, muitos projetos associam o desenvolvimento sustentável, única e exclusivamente, à proteção ambiental. Se esta perspectiva não for modificada, haverá em breve a criação de um outro termo para definir a mesma idéia. Sendo assim, se faz necessária uma visão integrada sobre os variados aspectos do desenvolvimento sem haver sobreposição de nenhuma vertente (GASTAL & MOESCH, 2007).

No debate mais amplo sobre o turismo é fundamental incluir na reflexão a discussão sobre sua “sustentabilidade” por se tratar de uma atividade que será claramente a maior indústria do mundo em 2020, uma vez que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) têm um horizonte temporal até 2015, e a articulação entre turismo e combate à pobreza possui um papel estratégico no

planejamento do desenvolvimento sustentável, em longo prazo, para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (OMT, 2002).

Um importante aspecto a ser observado é o que se refere ao artigo 24 da Carta dos Direitos Humanos: “Todas as pessoas têm direito a descanso e lazer, inclusive a jornadas de trabalho razoavelmente limitadas e férias periódicas”. Nesta perspectiva, percebemos que usufruir de lazer e poder descansar faz parte dos direitos humanos fundamentais e, deste modo, está prática deve possuir presença garantida em todas as políticas públicas dos países membros da Organização das Nações Unidas – ONU. O Brasil é um país membro.

Consta, ainda, no artigo 29 da Declaração dos Direitos Humanos que “Todas as pessoas têm deveres para com a comunidade, único meio onde é possível o pleno e livre desenvolvimento de sua personalidade” (LIVIN, 1985 apud GASTAL & MOESCH).

Toda atividade, em especial a turística, por ser a que estamos abordando, deve levar estes artigos em consideração, devido sua relevância fundamental para que se ampliem os benefícios ligados ao turismo.

Segundo SWARBROOKE (2000), os principais benefícios do turismo sustentável são estimular a compreensão sobre os impactos que o turismo acarreta aos ambientes naturais, culturais e humanos; assegurar que a atividade seja fonte de distribuição justa de benefícios e custos; gerar entrada de divisas para o país e injetar capital e dinheiro novo na economia local; estimular o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade; intensificar a auto-estima da comunidade local e oferecer a oportunidade de uma maior compreensão e comunicação entre os povos de diversas origens, incentivando o empoderamento; demonstrar, do ponto de vista do meio ambiente, a importância dos recursos naturais e

culturais para a economia de uma comunidade, sua preservação e seu bem-estar social; monitorar, assessorar, e administrar os impactos do turismo, desenvolvendo métodos confiáveis de obtenção de respostas e trabalhar contra qualquer efeito negativo.

Deste modo, o turismo sustentável não deve representar apenas proteção a natureza, ele também está ligado à viabilidade econômica em longo prazo e, principalmente, à justiça social. Segundo o *World Commission on Environment and Development*, 1987 (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento), vinculada a ONU, o desenvolvimento sustentável do turismo é aquele que atende as necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. (RUSCHMANN, 1997).

Neste contexto, o turismo deve se desenvolver focalizando a conciliação dos interesses dos visitantes em explorar o local visitado com a garantia aos nativos de permanência dos elementos fundamentais que caracterizam sua localidade, a cultura, o meio ambiente, a história, o estilo de vida e, assim, possibilitar que seus herdeiros possam usufruir de tudo isso. Para tal, o equilíbrio entre os interesses diversos deve ser priorizado, tais como a conservação dos recursos naturais, a promoção e fortalecimento do desenvolvimento sustentável nas comunidades locais, a melhoria da balança comercial e o enriquecimento da experiência dos turistas.

As localidades onde há atrativos turísticos são geralmente muito vulneráveis e frágeis, deste modo a implementação de um turismo sustentável é uma exigência irrenunciável, tanto para os visitantes como para as comunidades locais..

Por se tratar de uma atividade dinâmica, o turismo deve ser acompanhado de monitoramento e avaliação constantes, para que, deste modo, o avanço em direção a

formas mais sustentáveis de turismo sejam efetivadas pelo *trate* turístico, turistas e pelos próprios órgãos do setor público.

A elevada potencialidade na geração de renda e de combate à pobreza que possui o turismo depende de sua realização de maneira planejada para esta finalidade. A renda gerada deve ser distribuída com direcionamento aos principais gargalos existentes na localidade; os recursos arrecadados por meio de impostos advindos do turismo não devem retornar, exclusivamente, para a própria atividade, mais sim proporcionar a distribuição dos lucros e melhoria direta na qualidade de vida da população onde o turismo ocorre, no que se refere a saneamento básico, redes de esgotos, coleta adequada de lixo, qualificação da mão de obra e outros serviços (BARRETTO, 2006).

O que ocorre no turismo, hoje em dia, é que ele é praticado exaurindo os recursos fundamentais para sua prática e sustentação e, por isso, corre o risco de se autodestruir, se não for modificada essa lógica. Deste modo, é necessária uma atitude de prudência em relação ao uso do meio ambiente e a relação que se estabelece entre o turista e os moradores locais, já que a ação do homem pode causar o seu comprometimento por meio de transformações irreversíveis.

Recentemente, certas nomenclaturas definem tipo de turismo que se propõem a, de alguma maneira, alcançar este turismo sustentável. No entanto, ainda não é possível achar nenhuma que atenda a todos os aspectos da sustentabilidade. Mesmo assim, alternativas como o turismo social e o ecoturismo representam o início de uma nova perspectiva. O ecoturismo é o segmento turístico que mais se aproxima disso, onde a paisagem é a principal variável como ponto de confluência entre os fatores ambientais e antrópicos, cujo objetivo é a interação entre visitante, o meio natural e a população que participa dos serviços prestados aos turistas (CROSBY apud PIRES, 1998).

GASTAL & MOESCH (2007) abordam um ponto delicado da forma como o turismo é exercido que, paradoxalmente, pode vir a fortalecer as futuras ações na atividade do turismo. Para as autoras, existe na prática da atividade turística, certo colonialismo no trato com as questões relacionadas ao turismo. Significa pensar que existiria, atualmente, um mercado único de turismo mundial, escapando cada vez mais do controle formal das autoridades locais e, mesmo, dos Estados. Isso impõe uma nova dialética à gestão turística das localidades, dos produtos e das atividades turísticas, a partir de uma concepção que priorize os interesses locais, buscando um desenvolvimento sustentável, cujo planejamento e gestão sejam participativos para se transformar em instrumento técnico-político de organização das vontades coletivas da localidade. Somente com um novo paradigma para o setor turístico o conflito entre o local e o global pode adquirir contornos que não subjuguem as práticas locais em detrimento do fluxo de larga escala. É com esse olhar que analisaremos a pobreza e o turismo para combatê-la, no próximo capítulo.

## **2 TURISMO E ALÍVIO À POBREZA**

### **2.1 POBREZA NO BRASIL**

A literatura sobre pobreza, relacionada aos mercados no Brasil, é bastante recente e somente na última década os estudos e projetos de combate à pobreza centrados no mercado começaram a ganhar espaço. Segundo estudos elaborados por ARBACHE (2003), a escassez de pesquisas sobre a pobreza relacionadas a mercados deu-se, essencialmente, devido à visão de que a solução da pobreza viria do crescimento econômico. Como veremos adiante, no entanto, o crescimento econômico não implica, necessariamente, em incorporação dos pobres aos mercados nem na redução sustentada da pobreza.

A característica mais relevante da literatura brasileira sobre pobreza é a quase absoluta ausência de estudos sobre os mercados em que os pobres atuam e a escassez de proposições novas para o entendimento e a solução da pobreza. A limitada contribuição da literatura local é resultado da visão estabelecida sobre a suficiência do crescimento e das políticas compensatórias, que predominou por décadas nos círculos acadêmicos e governamentais, e que afirmavam que a principal causa da pobreza no Brasil era a baixa taxa de crescimento do PIB. O diagnóstico assumia que a redução da pobreza era um subproduto do crescimento e que a mais eficaz forma de redução da pobreza seria a promoção do crescimento.

BARROS *et al* (2000a e 2000b), levantam a questão de que a pobreza deriva, principalmente, da extrema desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades prevaletentes no Brasil, e que mesmo taxas elevadas de crescimento teriam efeitos

limitados sobre a redução da pobreza. Cálculos feitos a partir de análise contra-factual mostram que o impacto do crescimento da renda per capita de 2,75% e 4% ao ano por 10 anos consecutivos reduziria a pobreza, respectivamente, em apenas 9 % e 12,5%. Note-se que essas taxas de crescimento são bastante superiores às taxas médias observadas no país nas duas últimas décadas, e, portanto, não são fáceis de serem alcançadas, especialmente por um período longo. O custo de promoção de tais taxas de crescimento seria absurdamente elevado em termos de poupança, o qual supera a capacidade de financiamento de que o país dispõe (BARROS et al, 2001), defendem que as políticas de redução da pobreza não devem basear-se apenas no crescimento e argumentam que a erradicação da pobreza requer o desenho de políticas que priorizem a redução da desigualdade. A implicação deste diagnóstico é que haveria a necessidade de se implementar políticas de distribuição de renda e riqueza como meios de se reduzir a pobreza, independentemente do crescimento do produto.

A partir de micro-simulações, os resultados de BARROS *et al* (2001), mostram que se fosse possível uma perfeita identificação dos indigentes e pobres no Brasil, poder-se-ia reduzir a indigência com cerca de 6 bilhões de reais por ano apenas, revelando o baixo custo de erradicação da miserabilidade no país. Enquanto a renda per capita brasileira é relativamente elevada quando comparada a cerca de 60% dos países, a proporção de pobres na população é relativamente elevada, sugerindo que a pobreza decorre da concentração de renda.

BARROS *et al* (2001) investigam as fontes de redução da pobreza nos últimos 20 anos a partir da decomposição dos efeitos do crescimento e da desigualdade de renda. Os resultados mostram que o crescimento econômico responde por 84% da queda da pobreza observada entre anos selecionados das décadas de 1970 a 1990. Concluindo que

a elevada pobreza mantém-se no país devido à estratégia utilizada para combatê-la, qual seja o crescimento econômico que, por sua vez, tem sido bastante baixo, levando conseqüentemente, a um mais modesto ainda, impacto sobre a pobreza. Ademais, concluem que a erradicação da pobreza será mais lenta se ela basear-se apenas no crescimento do PIB, e que uma combinação de crescimento e distribuição de renda levaria a uma mais rápida e eficaz solução para a pobreza.

As implicações desses resultados são extremamente importantes, pois sugerem que a erradicação da pobreza deve passar por estratégias voltadas à redução da desigualdade. Assim, políticas ativas de transferência de renda teriam um papel fundamental nas transformações dos indicadores de pobreza. Nesse contexto, a preocupação dos autores é de desenhar políticas de transferências que atinjam de forma mais direta os mais pobres e necessitados, e avaliar as políticas de tal forma a aumentar a sua eficácia. O problema, então, é de focalização e de eficácia. A preocupação com a focalização é legítima e adequada ao quadro de estagnação da economia, em que a promoção de políticas distributivas através de aumentos adicionais de tributos para financiar as políticas sociais seria politicamente difícil.

Para MEDEIROS (2005), uma importante maneira de se promover a igualdade na sociedade brasileira é estudar os ricos para se saber de onde a renda precisa sair para melhorar a situação dos pobres. Uma característica do Brasil é a permanência de elevados níveis de desigualdade ao longo de sua história. Esta desigualdade que permeia grande parte das relações sociais da população brasileira. Segundo o autor não seria exagero dizer que o bom entendimento da sociedade brasileira passa por uma análise detalhada das desigualdades que a compõem.

A distribuição de renda do Brasil se encontra há décadas entre as dos países que apresentam os maiores níveis de desigualdade do mundo. Esta desigualdade é excessiva e desnecessária, e sua redução poderia trazer inúmeros benefícios para a grande população em piores condições materiais de existência. Uma maior igualdade traria benefícios para a sociedade brasileira, sobretudo, pelo valor intrínseco que existe em se viver em uma sociedade igualitária e também porque a igualdade é o percurso mais viável para se erradicar, em um prazo razoável de tempo, a questão inaceitável da pobreza em um país de recursos abundantes (MEDEIROS, 2005).

Nesse sentido, estudar as origens da riqueza no Brasil é um meio para se compreender não só o que está no centro das desigualdades econômica, mas também, na raiz de muitas outras desigualdades sociais. MEDEIROS (2005) enfatiza a relevância do estudo dos ricos para se entender, amplamente, as desigualdades de renda no Brasil. E também afirma que a renda é tão concentrada no país que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre desta população, e que pelo menos um quarto de toda a desigualdade de renda é determinado pela diferença relativa entre apenas 3% da população mais rica e o restante das pessoas (MEDEIROS, 2003).

Diversos autores apontam para a necessidade de adoção de instrumentos distributivos, seja para melhorar a distribuição de renda, seja para criar condições para um ciclo expansivo com maior duração (DEDECCA, 2005).

Celso Furtado já sinalizava, no início da década de 1980, que a sociedade brasileira é uma sociedade com recursos relativamente abundantes, porém fortemente segmentada, de modo que expressivas reduções nos níveis de desigualdade podem ser obtidas por transferência das elites mais ricas para a população de baixa renda (FURTADO, 1981

apud MEDEIROS, 2005). Diminuição da desigualdade representa, entre outras coisas, muito menos pobreza. Deste modo, a miséria no Brasil pode ser entendida sobre a perspectiva de um conflito distributivo persistente.

Independente da argumentação que se use em torno de ações que podem contribuir para erradicação, ou pelo menos, da redução da pobreza, não se pode representar uma situação de mudança na qual alguns ganhem sem que ninguém perca, ou seja, a redução da pobreza sem uma diminuição simultânea dos níveis de desigualdade é praticamente inviável (MEDEIROS, 2005).

Há uma repartição muito desigual, iníqua, imoral da distribuição de renda, do bem estar dos brasileiros. Há, portanto, o problema da distribuição que, dentro de uma democracia pode ser solucionado por vários meios pacíficos e perfeitamente condicionais, dentre os quais uma política tributária (...) Uma insignificante minoria usufruindo de lucros excessivos e abusivos; uma outra minoria insignificante, de lucros razoáveis; e a grande massa nacional com uma renda apenas de subsistência de miséria. Digo de subsistência de miséria e não de subsistência necessária, porque há uma maneira de viver na miséria, viver morrendo e não viver vivendo. É claro, que é necessário corrigir esse desnível tremendo (CASTRO, 2007).

A importância de se estudar os ricos está no fato de que soluções viáveis para a redução da pobreza no Brasil necessariamente terão que envolver alguma forma de deixar os ricos menos ricos (OSÓRIO, 2005). Embora estejamos de acordo com essa idéia, nesta monografia estamos tratando de mostrar que a renda de turismo para ricos pode deixar renda em localidades pobres e com pessoas de renda mais baixa.

Sabe-se que os ricos têm um padrão de consumo elevado e diferenciado, que envolve maiores gastos com a sua reprodução, como educação e saúde dos filhos, e com finalidades hedonistas gastam em cultura, lazer e sua própria saúde (OSÓRIO, 2005).

No Brasil, os ricos são relativamente mais ricos que o de outros países, isso se dá devido à apropriação de uma parcela relativamente maior da renda total. Se uns se

apropriam de parte maior do bolo, isso conseqüentemente representa um pedaço menor para os não-ricos dividirem. As próprias pessoas de renda mais baixa, como veremos adiante, podem ganhar socialmente fazendo turismo de massa.

Há, portanto, grande potencial para o crescimento do turismo como atividade de lazer se atender ao gosto dos potenciais demandantes ricos, e com isso, conseqüentemente, existe porta de saída para a pobreza, devido aos cargos e tarefas que a atividade requer serem, em sua maioria, de mão-de-obra com baixa qualificação. Porém, como vimos anteriormente, o turista rico possui elevado padrão de exigência, e para que os pobres tenham a oportunidade de que necessitam, para se inserirem na atividade, é fundamental que ocorram investimentos por parte do Estado em sua formação e qualificação profissional via políticas públicas.

OSÓRIO (2005), analisou que a maior parte dos ricos que são oriundos de estratos não-ricos tem sua origem social em estratos muito próximos dos mais ricos. A sociedade brasileira pode ter mobilidade elevada segundo alguns estudos, mais é uma mobilidade onde poucos sobem muito e muitos sobem pouco. E a maior parte do recrutamento realizado nos estratos não-ricos é para a ocupação de novos postos criados por mudanças estruturais que têm muito pouco a ver com esforços individuais.

O que se constata em análise sobre o tema sinaliza para afirmativa de que o que faz os ricos é principalmente o nascimento. O indivíduo rico, salvo exceções, que só afirmam a regra, nasce quase rico, pouco rico ou muito rico. São filhos de pais ricos, que lhes passam além da riqueza, educação, código de conduta, redes de relacionamento, gostos e estilo de vida que representam um salvo-conduto para a permanência entre os que têm berço de ouro (OSÓRIO, 2005).

Isso precisa ser alterado de modo a propiciar aos pobres possibilidades de melhores condições de sobrevivência. E é neste contexto que o Estado deve focalizar seus esforços no aprimoramento das capacidades da população com baixa qualificação, para que assim possam ser absorvidos pelas demandas do turismo, gerando renda, além de usufruírem dos benefícios estruturais que o turismo pode proporcionar.

Do ponto de vista da promoção da inserção social brasileira estudar os ricos é uma tarefa fundamental. Para se modificar o perfil brasileiro da pobreza, por uma questão de justiça, espera-se que ocorra distribuição dos mais ricos para os mais pobres. A implementação de políticas que realizem essa distribuição irá depender de um profundo conhecimento dos dois extremos grupos, ricos e pobres. Os estudos realizados até o momento permitem inferências acerca da origem da desigualdade entre ricos e não-ricos e abrem caminho para outros estudos sobre o tema. É possível rejeitar a hipótese de que características demográficas, tanto da população rica quanto da população pobre, tenha qualquer efeito relevante na estratificação das famílias. Uma estrutura etária específica ou uma composição determinada não são suficientes para segregar as famílias brasileiras em dois grupos tão distintos (MEDEIROS, 2005).

Para MEDEIROS (2005), não é possível tratar essa segmentação brasileira como sendo resultado de diferenças de esforço individual ou escolhas pessoais. Não existe evidência que fortaleça a idéia de que pessoas são ricas em função de sua maior operosidade ou porque suas famílias se empenham mais no trabalho.

O grupo dos ricos está limitado a pessoas com certas características educacionais e raciais, mas nada permite supor que a posse dessas características seja suficiente para explicar a riqueza. Há indicações de que riqueza no Brasil se origina ou, ao menos, é perpetuada por relações com o estado (MEDEIROS, 2005).

MEDEIROS afirma ainda que a fusão de elites econômicas e políticas possibilitam as condições para que a estrutura estatal oriente suas ações para o benefício dos ricos, por meio de políticas macroeconômicas ou de infra-estrutura e investimento, e também pela prática de políticas sociais que não possuem caráter distributivo. Isso fica evidente não só nas desigualdades resultantes de um modelo de desenvolvimento regionalmente segmentado, como também no perfil concentrador da maior parte dos gastos direcionados para áreas sociais.

Assim, podemos concluir que os ricos brasileiros possuem muito dinheiro, inclusive, quando comparados aos ricos de países mais desenvolvidos. Isso ocorre, como já vimos, por conta de nossa má distribuição de renda. Constatamos, também, que os ricos brasileiros gastam muito em lazer. Há, pois, muito dinheiro para ser gasto em turismo doméstico.

Para que se reduzam as desigualdades e se combata a pobreza inserindo os pobres socialmente é preciso que se reverta esta situação. É preciso dar aos que não tiveram berço, oportunidades de inserção social com renda, mas também com usufruto dos benefícios que a atividade turística pode oferecer, como por exemplo, lazer, que é parte dos direitos humanos fundamentais, como observamos no item 1.3.

## **2.2 COMO O TURISMO PODE CONTRIBUIR PARA COMBATER A POBREZA E PARA INSERÇÃO SOCIAL**

Os números apresentados pela OMT demonstram que o turismo é importante e vem crescendo em muitos países pobres. Assim, as entradas de turistas internacionais

evidenciam que o turismo internacional com destinos para países como o Brasil, em desenvolvimento, é importante e está em fase de expansão. Dos trinta países mais pobres, dez registraram um crescimento na entrada de turistas internacionais superior a 200% entre 1990 e 2001(OMT, 2004).

Documento do Banco Mundial (2000) sobre desenvolvimento mundial, reconhece que o crescimento econômico não tem, necessariamente, o efeito de reduzir a pobreza. De acordo com este relatório, adotar uma estratégia especificamente orientada a favor dos pobres passa por um firme empenho do governo e uma vontade política que favoreça a satisfação das necessidades dos pobres. Neste sentido são muitos os objetivos a serem alcançados: assegurar o desenvolvimento de possibilidades de emprego para os pobres e a melhoria da sua produtividade, além de garantir o acesso ao crédito, à infraestrutura e ao conhecimento, além de reforçar os investimentos em “capital” humano, particularmente, ao nível da educação e da saúde.

A OMT sugere algumas estratégias para fortalecer os benefícios econômicos do turismo no desenvolvimento na economia local que podem ter o efeito de combater a pobreza (OMT, 2002): a primeira estratégia sinaliza para a escolha de turistas internacionais e domésticos que possam ter um impacto positivo sobre a situação de pobreza, o que está direcionado para a atração de turistas que estejam predispostos a visitar os mercados locais, que tenham interesse pela natureza, pela cultura, pela vida cotidiana dos habitantes e que se relacionem e se aproximem das populações pobres.

Uma visão estratégica passa pela ampliação da duração das estadias e das despesas turísticas, por via, quer da diversificação e enriquecimento do produto turístico, do desenvolvimento de atrativos e atividades turísticas.

Outra relevante ação é o desenvolvimento de produtos complementares como cursos de artesanato, de danças típicas locais, culinária, folclore, excursões de interesses históricos e outros. Com estas ações a tendência do mercado, que se organiza para férias mais ativas, leva a compreender que existe uma oportunidade de desenvolvimento de produtos complementares que permitam aos pobres envolverem-se nas atividades ligadas a indústria turística e, a partir daí, obter benefícios.

Para TAKASAGO & MOLLO (2006), os baixos requisitos de capital e qualificação do trabalho e a grande parcela de mão-de-obra por conta própria no setor de turismo são geralmente usados para destacar o potencial para geração de emprego e renda do mesmo e, deste modo, lançar luz para o importante papel que o turismo pode ter no combate à pobreza no Brasil. Isso vem sendo analisado e de certa forma confirmado em estudos recentes. É o caso do trabalho de NERI; 2005 apud TAKASAGO & MOLLO, que observou se houve melhorias em termos de saídas para aliviar a pobreza em Porto Seguro, município este, que foi objeto de desenvolvimento turístico. Em análise observou-se que as chances de uma família de Porto Seguro situar-se abaixo da linha de miséria ( $\frac{1}{4}$  de salário mínimo *per capita*) reduziram-se em 85% entre 1991 e 2000.

Segundo as análises, constatou-se que as chances de se encontrar pobres em Porto Seguro são menores do que os municípios de controle, exceto Fernando de Noronha, e crescem as receitas tributárias relativamente aos demais, assim como as transferências recebidas, cresce também a infra-estrutura turística. Por fim, o trabalho conclui que as rendas dos nativos em Porto Seguro aumentaram mais do que a dos não nativos, e a renda de todos aumentam mais no período em Porto Seguro do que nos demais municípios de controle, com exceção de Maragogi. Alguns resultados negativos também

foram encontrados como, por exemplo, a participação de Porto Seguro no PIB brasileiro que tem queda relativamente quando comparado aos demais municípios de controle. (NÉRI, 2005 apud TAKASAGO & MOLLO).

O turismo, segundo a OMT, (2002), é freqüentemente considerado como um modo de diversificação complementar para os pobres, não como uma atividade de substituição das suas atividades de subsistência. A atividade turística como fonte de rendimentos complementares pode assumir importante papel na melhoria do nível de vida das populações e contribuir para a distribuição de renda e o combate a pobreza.

O desenvolvimento do turismo de natureza e cultural nas zonas rurais pode melhorar de modo significativo o rendimento das comunidades locais e dos pobres, desde que os principais centros sejam planejados e geridos de forma a aperfeiçoar as possibilidades do desenvolvimento econômico local e de redução da pobreza (OMT, 2002).

O que muito pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico geral é a questão das infra-estruturas, porque a construção de estradas, ampliação de rede de telefone, hospitais, acesso à luz elétrica, tratamento de rede de água e esgoto representam condições implícitas à existência de atividade turística. Observa-se, ainda, que os governantes e os organizadores do turismo poderão, dentro das intervenções pertinentes, melhorarem essas vantagens e orientar o desenvolvimento turístico de modo a encorajar o desenvolvimento econômico local para que este seja benéfico aos pobres residentes nas comunidades (MCKERCHER, 2002).

As comunidades locais, para se preservarem, devem aprender a valorizar seus recursos naturais e culturais, desenvolvendo maior sentimento de pertencimento e elevando seu grau de cidadania. Uma postura cidadã irá contribuir para que as pessoas

das localidades sejam artífices de sua realidade, ou seja, serão protagonistas nos processos de decisão sobre com que tipo de turista e de turismo desejam compartilhar seu próprio espaço de vivência, sem poder fugir do fornecimento de serviços e produtos de qualidade (GASTAL & MOESCH, 2007).

Outra estratégia para o fortalecimento dos benefícios econômicos do turismo no desenvolvimento econômico local, e que pode trazer como efeito a redução da pobreza, consiste em fazer uma gestão do turismo local com parcerias entre o setor público e privado, com ênfase no estímulo ao empreendedorismo e ao efetivo apoio a pequenas e micro empresas, uma vez que estas predominam no mercado do setor turístico. Esta é inclusive, a posição do Banco Mundial sobre o turismo como forma de combater a pobreza (MACEDO, 2003).

Para a OMT as comunidades,

“[...] locais e seus membros, os mais pobres, têm mais oportunidades de se beneficiar de uma planificação apropriada, se eles forem implicados nas discussões e nas decisões sobre o desenvolvimento do turismo e se eles tomarem em conta a complementaridade entre as diferentes formas de desenvolvimento turístico e as suas próprias estratégias de subsistência” (OMT, 2002a: 47).

Porém, tudo indica que a gestão dos efeitos negativos e a otimização dos efeitos econômicos positivos para a comunidade são essenciais, principalmente, ao que se refere a incluir no setor turístico mais mão de obra local, sobretudo, de mulheres e jovens. Segundo a OMT, é através de formas participativas, e de processos técnicos e apoiando-se no conhecimento das tradições locais que poderemos melhorar e fortalecer as capacidades das comunidades e assim preservar a integridade ambiental, social e cultural dos destinos (OMT, 2002<sup>a</sup>).

Além disso, a OMT sinaliza para a necessidade do desenvolvimento de pequenas e médias empresas para que à medida que se vai adquirindo mais experiência com o

turismo ao nível local, as possibilidades de desenvolvimento de novas empresas de bens e serviços, concorrenciais e complementares, aumentem. Sendo assim, a indústria do setor turístico amplia possibilidades viáveis de desenvolvimento de um grande número de pequenas e micro empresas.

As pequenas e micro empresas ocupam um lugar de relevância no setor de restaurantes, no artesanato, transportes, excursões locais, no fornecimento de materiais a hotéis e serviços de guias aos centros de interesse turístico, gerando, assim, emprego e riqueza. Sobre a questão de se reduzir a sazonalidade do turismo, a OMT orienta que o fato das chegadas de turistas serem concentradas em períodos específicos explica a proliferação de empregos ocasionais. Entretanto, há estratégias que podem ser utilizadas para prolongar a estação turística. É o caso da preparação de produtos de interesse particular, festas folclóricas, a receptividade de convenções e seminários, preços atrativos, dispositivos permanentes de acolhimento de pessoas mais disponíveis em viajar em época baixa, entre outros.

Outro importante trabalho que comprova que o turismo pode ser usado no combate a pobreza é o de BLAKE et al.(2004) apud TAKASAGO & MOLLO(2008), que simulam um aumento de 10% na demanda internacional do turismo no Brasil e encontram um impacto positivo importante na redução da pobreza e da desigualdade. Eles observaram que a demanda doméstica de turismo é maior do que o turismo internacional no Brasil, e deste modo, é de se esperar que o impacto redutor de pobreza seja ainda maior. Outra relevante observação feita por Takasago e Mollo (2008), é de que como o consumo de turismo é muito maior pelas classes economicamente mais altas, é de se esperar um elevado potencial particularmente redutor de desigualdades no crescimento do turismo doméstico, que emprega muita gente de renda baixa, o que

proporciona uma solução viável de inclusão social e desconcentração de renda, caso o setor consiga fornecer o produto turístico para as classes mais abastadas.

O que pensadores concordam é que a pobreza é mais do que a falta de rendimentos. Na realidade, trata-se de um fenômeno com múltiplas dimensões e grande complexidade, que está diretamente ligado a problemas como analfabetismo, doenças, mortalidade infantil e degradação ambiental, é principalmente a fragilidade, a falta de vez e voz, de poder e de representação do pobre (SEN, 2000).

Porém, o que observamos no quadro da estratégia da redução da pobreza apresentada por órgãos internacionais de contribuição ao desenvolvimento, não se percebe o turismo como um importante instrumento para se combater problemas de desenvolvimento e de alívio à pobreza, o que soa incompreensível devido ao crescimento colossal do turismo nos últimos cinquenta anos.

Para a OMT, nos últimos anos a progressão anual das chegadas de turistas aos países em desenvolvimento tem sido mais rápida do que a média mundial, o que deixa clara a existência de uma vantagem concorrencial a seu favor. Entre 1992 e 1998 estes países tiveram aumento das receitas turísticas internacionais consideráveis, uma vez que estas no mínimo duplicaram. Para muitos desses países em desenvolvimento, o turismo assumiu o papel principal ou um dos principais elementos do PIB.

A potencialidade turística existente no Brasil é suficiente para torná-lo uma das principais fontes de receitas em divisas. O desenvolvimento do turismo brasileiro pode, deste modo, ser fundamental para a balança de pagamentos e contribuir para redução da dívida externa.

Técnicos da OMT afirmam que um dos meios de se atenuar a pobreza é elaborar vantagens do turismo para as comunidades locais. Trata-se de desenvolver o turismo de

modo a criar novos empregos, novas possibilidades de atividades, estimular o desenvolvimento das competências e do espírito empreendedor.

É notório que as comunidades rurais e empobrecidas são seriamente afetadas por diversos fatores, em especial, as relacionadas a insuficiências de infra-estruturas materiais, de recursos de comunicação e de capacidades profissionais o que é totalmente incompatível com o desenvolvimento do turismo, posto que sem essas implementações não se possa satisfazer as demandas, cada vez mais exigentes, dos turistas (BARRETTO, 2006).

Em estudo feito por TAKASAGO & MOLLO (2008), utilizando dados da matriz de contabilidade social brasileira e um modelo de equilíbrio geral computável, onde simularam aumentos da demanda doméstica de turismo, e traçaram cenários diferenciados sobre o destino dos ganhos e perdas de arrecadação tributária, para investigar os impactos na redução da pobreza e da desigualdade. Comprovaram que na medida em que a atividade turística se descola de situações onde a lógica de mercado é mais forte, passando para outras lógicas onde a ação do governo se contrapõe, observaram ganhos de redução de pobreza e desigualdade. Desta forma, as pesquisadoras demonstraram que a redução da pobreza e da desigualdade não pode ficar a critério do simples desenvolvimento do turismo dentro das regras mercadológicas.

Assim, se faz importante somar esforços para promover o aperfeiçoamento de programas relacionados ao turismo e fortalecer suas ações para o alívio da pobreza no país com caráter ativo e discricionário do governo no setor. O posicionamento oficial da OMT é o de que o turismo deve ser considerado como uma força importante na redução da pobreza e na proteção do meio ambiente, posicionamento este que recebe apoio de diversas autoridades políticas e científicas no mundo, que visam, por meios

diferenciados, assegurar a obtenção de um desenvolvimento sustentável, que foi inclusive objeto das discussões durante a conferência de cúpula sobre o desenvolvimento sustentável, realizada em agosto de 2002 na cidade de Johannesburg na África do Sul (MTur, 2005).

A percepção de se poder usar o turismo como meio de inclusão social encontra abrigo, também, nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram estabelecidos no ano de 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU) em conjunto com cento e oitenta e um países, entre os quais está o Brasil. O objetivo primeiro é justamente a erradicação da extrema pobreza e miséria. E é com base nisso que a OMT como entidade ligada à ONU, vem em busca de identificar as diretrizes para verificar as possibilidades do turismo como vetor para se reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente. Esse movimento se iniciou em 1999 quando na sétima sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável os governos foram estimulados a aproveitar ao máximo as possibilidades do turismo para a inclusão social, elaborando estratégias em colaboração com todos os grupos interessados e, principalmente, as comunidades locais (MTur, 2005).

Estas iniciativas visam o desenvolvimento do turismo sustentável focalizado diretamente no alívio à pobreza, com objetivo de se obter desenvolvimento e emprego para as pessoas pobres, aquelas que vivem com menos de um dólar por dia, dos países em desenvolvimento e é denominada de “ST-EP”- (Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza). A composição da iniciativa “ST-EP” está no objetivo de conseguir fundos; investigar a relação entre turismo sustentável e a eliminação da pobreza; gerar um quadro operacional que direcione incentivos às empresas que colocam em prática programas deste tipo e, ainda a existência de um fórum consultivo.

A iniciativa de um turismo sustentável que alivia a pobreza tem por base a certeza de que o turismo, mais do que qualquer outra atividade econômica, pode trazer benefícios às comunidades locais pobres por meio de uma série de razões como:

- O turismo é um setor exportador em que o produto se consome na própria localidade de produção, ou seja, o consumidor-turista vai até ao destino para consumir o produto. E isto proporciona condições aos empreendedores locais comercializarem seus produtos ou serviços complementares as satisfações dos visitantes
- Uma vantagem do setor turístico é o que há um ativo natural que lhe possibilita prosperar, como a flora e a fauna de uma localidade. As belezas originais das paisagens, dos rios e das praias e valores culturais representam vantagens prontas a serem valorizadas, ao contrário de outras atividades que necessitam de capital, tanto humano como financeiro para serem iniciadas. Estes recursos turísticos estão, muitas vezes, situados nas regiões rurais e próximos de comunidades pobres (BARRETTO, 2006).
- O turismo é uma atividade intensiva em mão-de-obra, e ainda possui o maior número de postos de trabalho ocupados por mulheres comparado com qualquer outro setor. A atividade emprega muita gente, e principalmente pessoas de baixa qualificação profissional e autônomos; exige pouco capital, além de ser um setor que congrega uma enorme diversidade de atividades e uma vasta gama de produtos, inclusive do setor informal (TAKASAGO & MOLLO, 2008).

- O acesso ao mercado muitas vezes representa um problema para os produtores dos países em desenvolvimento. Porém, o turismo não sofre com questões relacionadas a barreiras alfandegárias que inviabilizem seus produtos. Os obstáculos ao comércio turístico internacional são levantados pelos próprios destinos sob a forma de restrições para se conseguir vistos ou taxas como fonte de receitas (LEMOS, 2001).
- Quem mais consome turismo é a classe alta. Em vários países em desenvolvimento como, por exemplo, a África do sul, China e as Filipinas, o turismo interno percebe um crescimento rápido e à semelhança do turismo internacional, traz consumidores relativamente abastados às regiões rurais onde constituem um importante mercado local (VILLIERS, 2002).

Deste modo transfere renda.

O fortalecimento e a ampliação das vantagens do setor de turismo no Brasil dependem não só de iniciativas de políticas públicas, mas também, de ações diferenciadas por parte das instituições financeiras, públicas e privadas, além de ajuda de organismos internacionais (LEMOS, 2001).

Do exposto, podemos concluir que há vários trabalhos que mostram a relação entre o desenvolvimento do turismo e o combate à pobreza. Observamos que isso se dá porque o turismo emprega muita mão-de-obra pouco qualificada com pouco investimento em termos de capital. Vimos também que o turismo exige infra-estrutura que sirva também aos residentes e que o turismo pode estimular a economia local. Finalmente, vimos que isso requer políticas públicas organizadoras e regulamentadoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos nesta monografia apresentar questões do turismo no que se refere à sua potencialidade no combate à pobreza e garantir inserção social por meio do seu desenvolvimento. A partir da bibliografia consultada obtivemos a evidência de que a atividade turística pode ser relacionada às políticas de combate à pobreza e desigualdade, e que é possível usar o turismo como modo de inserir socialmente os pobres.

Sabemos que se trata de complexa questão, posto que a mera importância dos pobres na atividade turística, e os pequenos requisitos de capital não representam garantia, em si, de inclusão social pelo simples desenvolvimento do setor. Entretanto, procuramos demonstrar a possibilidade da articulação entre o desenvolvimento do turismo e o combate à pobreza.

Vimos, por um lado, que o turismo é demandado sobretudo por ricos e produzido principalmente por pobres. Assim, podemos articular o turismo para que a atividade desenvolva renda alta mantendo e melhorando a vida dos pobres.

Os requisitos para que isso ocorra são a melhoria da qualidade dos produtos e serviços prestados para se atender à demanda exigida pelo turista. Neste sentido, há necessidade de qualificar profissionalmente o residente para que ele seja agregado à atividade, mas também, possa se beneficiar, melhorando sua qualidade de vida, das ações que envolvam o turismo em sua localidade.

Para se garantir isso é que se faz imprescindível o papel discricionário do Governo, com a elaboração e implementação de diretrizes políticas, voltadas para a inclusão social, que contribuam para o surgimento de um setor turístico em que o conjunto da economia brasileira, e ainda, a qualidade de vida da população se desenvolvam equanimemente.

O turismo como um agente de inserção social deve possuir caráter multiplicador, de modo a integrar a economia local e outros setores de atividades como o artesanato, a culinária, a indústria da construção, a pesca e o setor manufatureiro. Em nosso estudo percebemos que estas ligações não ocorrem com frequência, posto que, setores turísticos, principalmente o hoteleiro, importam grande parte de bens e serviços utilizados no turismo.

Entendemos que são necessárias ações que façam o setor turístico ser efetivamente um modo de desenvolvimento social, não devem possuir perfil exclusivamente econômico, nem ficar a cargo de interesses privados, em detrimento dos benefícios coletivos, considerando prioritária a gestão dos impactos negativos do meio ambiente e do meio sociocultural.

Um novo olhar para o modelo de turismo é imprescindível para que as populações locais sejam observadas como protagonistas no planejamento, implementação e controle das atividades turísticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHTON, Mary Sandra G. Parques temáticos: espaços e imaginários. In: GASTAL, Suzana; GASTOGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). *Turismo na pós-modernidade (des) inquietações*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

BARRETTO, Margarita; *Turismo, cultura e sociedade*. Caxias do sul, RS: Educs, 2006.

BARRETTO, Margarita; Planejamento responsável do turismo. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.(2000a), *Education and equitable development*, *Economia*, 1(1): 111-144.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000b), *Evolução recente da pobreza e da desigualdade: marcos preliminares para a política social no Brasil*, Cadernos Adenauer no 1 , Fundação Konrad Adenauer.

BARROS, R.P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2001), *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*, Texto para discussão no 800, Instituto de pesquisa econômica aplicada.

BURNS, Peter M. *Turismo e antropologia*. São Paulo; Chronos, 2002.

CASTRO, Josué. Perfis Parlamentares; n 52. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenações de publicações, 2007.

COOPER, Chris; et al. *Turismo, princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORREIA, Isabel Cristina. Caracterização da procura turística dos atores: uma abordagem do ponto de vista estatístico, dissertação em Mestrado em Gestão da Informação nas Organizações. Universidade de Coimbra, faculdade de economia, 2002

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina R. *Fundamentos do turismo*.Campinas:Alínea,2002.

DOMINGUES, Celestino. *Prontuário Turístico*, Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística, 1997.

FERRI, Cássia; RUSCHMANN, Dóris.Turismo: visão e ação. *Revista científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria*, Itajaí: Univali, ano 2, n. 4, p. 9-17, fev.2000.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. *Turismo, Políticas Públicas e Cidadania*, São Paulo: Aleph, 2007.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo, Brasil*: Pioneira, Thomson Learning, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica* / Eva Maria Lakatos, Maria de Andrade Marconi. – 2 ed - São paulo: Atlas, 1991.

LEMOS, Leandro de. *Turismo: Que negócio é esse?* Uma análise da economia do turismo. 3ª ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2001.

MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MCKERCHER, Bob. *Turismo de Natureza: planejamento e sustentabilidade*/ Bob McKercher; tradução Beth Honoráto- São Paulo: Contexto, 2002.

Mistério do Turismo (2005), *Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil – Reflexões e perspectivas*. Brasília / DF

MOESCH, Marutschka M. *A Produção do Saber Turístico*. São paulo: Contexto, 2000.

PIRES, Paulo dos Santos. *A dimensão conceitual do ecoturismo*. Turismo: Visão e Ação, Itajaí, p. 53-71, janeiro a junho 1998.

PNUD (2004), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 – liberdade cultural num mundo diversificado*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Editora Mensagem.

RUSCHMANN, Dóris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SCHULTE, Silke (2003), “*Guia conceptual y metodológica para el desarrollo y la planificación del sector turismo*”, in Serie Manuales no 25, Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social- ILPES, Santiago de Chile, CEPAL.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*/ Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SWARBROOKE, Jonh. *Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental*, vol. 1 (tradução Margarete Dias público). São Paulo: Aleph, 2000.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

TAKASAGO, Milene e MOLLO, Maria . *Economia do Turismo e Combate à Pobreza no Brasil: potencialidades e o papel do governo na redução de desigualdades*. Revista Turismo em Análise, (no prelo), 2008.

URRY, Jonh. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*/ Jonh Urry; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996- (Coleção megalópolis).

VILLIERS (2002), “Aumentar los beneficios económicos del turismo para lãs comunidades locais”, in. Seminário da OMT, Letra, Jordânia.